

## LÍNGUA PORTUGUESA

## TEXTO – COMO PREVENIR DOENÇAS GENÉTICAS

Marcello Valle

Para alguns casais, gerar uma criança é uma decisão ética. Alguns são portadores de doenças genéticas e temem que seus filhos sofram do mesmo problema. São problemas como hemofilia, distrofia muscular, anemia falciforme e alterações ligadas ao fator Rh. Entretanto, há uma técnica que permite gerar bebês saudáveis. Trata-se do Diagnóstico Genético Pré-Implantação (ou PGD).

Essa técnica foi desenvolvida há uma década por pesquisadores londrinos e não foi bem recebida de imediato, pois criava impasses éticos. Via-se no PGD uma maneira de os pais controlarem o perfil genético e escolherem o sexo do futuro bebê.

Hoje, o PGD é totalmente aceito, inclusive no Brasil, e é uma forma precoce de diagnóstico pré-natal. É feito por meio de uma biópsia do embrião no seu terceiro dia de vida para detectar possíveis doenças. É um procedimento tecnicamente desafiador, que exige um bom entendimento de embriologia e biologia molecular.

O PGD associa métodos aplicados em reprodução assistida às técnicas de investigação genética. A biópsia do embrião inicial (entre seis e dez células) permite o estudo genético de uma única célula, possibilitando a transferência de embriões normais para as características testadas.

No Brasil, o Código de Ética do Conselho Federal de Medicina não permite a seleção sexual do embrião. Entretanto, especificamente no caso de haver doença genética ligada ao sexo (como hemofilia), é possível identificar os embriões masculinos e femininos, transferindo apenas o sexo que não tem possibilidade de ter a doença. O PGD é também indicado em casos de gravidez tardia, em especial nas gestantes acima de 35 anos. Quanto maior a idade, mais chance de dar à luz bebês com problema genéticos e de sofrer aborto espontâneo.

1. "Para alguns casais, gerar uma criança é uma decisão ética"; a forma de reescrever-se essa frase com alteração de seu sentido é:
  - (A) Para alguns casais, é uma decisão ética gerar uma criança;
  - (B) Gerar uma criança, para alguns casais, é uma decisão ética;
  - (C) É uma decisão ética, para alguns casais, gerar uma criança;
  - (D) É uma decisão ética gerar uma criança para alguns casais;
  - (E) Gerar uma criança é uma decisão ética, para alguns casais.
2. Se a decisão é "ética" ele interfere com valores:
  - (A) econômicos;
  - (B) políticos;
  - (C) morais;
  - (D) religiosos;
  - (E) sociais.

3. "Essa técnica foi desenvolvida há uma década por pesquisadores londrinos e não foi bem recebida de imediato, pois criava impasses éticos. Via-se no PGD uma maneira de os pais controlarem o perfil genético e escolherem o sexo do futuro bebê"; o comentário INCORRETO sobre esse segmento do texto é:
  - (A) a técnica aludida é a do PGD;
  - (B) a técnica vem sendo desenvolvida por dez anos;
  - (C) o impasse ético aludido é o do controle genético;
  - (D) escolher o sexo do futuro bebê não é visto como um fato positivo;
  - (E) a técnica do PGD demorou um pouco a ser aceita.
4. O PGD é "uma forma precoce de diagnóstico pré-natal"; isso significa que o PGD:
  - (A) ainda não está totalmente desenvolvido;
  - (B) identifica bem cedo problemas do embrião;
  - (C) é feito com a finalidade de antecipar o nascimento do bebê;
  - (D) indica problemas do bebê pouco antes do nascimento;
  - (E) alerta para o caso de o bebê nascer antes do momento previsto.
5. "É um procedimento tecnicamente desafiador"; esta afirmação se justifica porque:
  - (A) o PGD exige bom preparo dos profissionais;
  - (B) é um procedimento ainda bastante novo;
  - (C) se trata de um procedimento não totalmente conhecido;
  - (D) a técnica deve ser adquirida em tempo recorde;
  - (E) o PGD é realizado com risco de morte da paciente grávida.
6. "o Código de Ética do Conselho Federal de Medicina não permite a seleção sexual do embrião"; a forma em negrito equivale à forma "proíbe". A alternativa em que a equivalência apontada está ERRADA é:
  - (A) não trabalha aos domingos = descansa aos domingos;
  - (B) não aceita trabalho pesado = recusa trabalho pesado;
  - (C) não intervém na briga = participa da briga;
  - (D) não falou diante do juiz = emudeceu diante do juiz;
  - (E) não sabe a verdade = ignora a verdade.
7. "aborto espontâneo", referido na última linha do texto, é aquele que:
  - (A) ocorre sem que tenha sido provocado;
  - (B) é causado por medicamentos específicos;
  - (C) é fruto da vontade da gestante;
  - (D) acontece em casos de perigo de vida para a gestante;
  - (E) é provocado exclusivamente pelo próprio embrião.

8. "espontâneo" é palavra grafada com S; a alternativa abaixo que mostra uma palavra erradamente grafada é:
- (A) misto;
  - (B) sesta;
  - (C) estender;
  - (D) esplêndido;
  - (E) estinguir.
9. O principal objetivo deste texto deve ser:
- (A) causar interesse nos leitores pela seleção do sexo dos bebês;
  - (B) criticar certas posições retrógradas de nossas autoridades médicas;
  - (C) informar os leitores sobre questões médicas;
  - (D) analisar questões sobre o ponto de vista social;
  - (E) provocar suspense por meio de ocultamento de dados.
10. "Hoje o PGD é totalmente aceito, inclusive no Brasil"; esta frase significa que o PGD é aceito:
- (A) em todos os países, até mesmo no Brasil;
  - (B) sem restrições, mesmo no Brasil;
  - (C) em todos os lugares, exceto no Brasil;
  - (D) de forma ampla e em todos os países, até no Brasil;
  - (E) no Brasil, mesmo que não totalmente.

**GESTÃO PÚBLICA**

11. O Programa de Qualidade no Serviço Público, em vigor no âmbito da Administração Pública Federal, tem entre seus objetivos:
- (A) a redução da taxa básica de juros;
  - (B) transformar as organizações, procurando envolvê-las com a cidadania e não apenas com seus processos burocráticos internos;
  - (C) a estabilidade cambial;
  - (D) a contenção da inflação;
  - (E) impedir a ocorrência de *déficit* na conta "Serviços".
12. Assinale a assertiva correta:
- (A) a licitação destina-se a garantir a isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública;
  - (B) a licitação será processada e julgada com observância de critérios próprios, não carecendo observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e vinculação ao instrumento convocatório;
  - (C) leilão não é uma modalidade de licitação;
  - (D) a licitação será sempre sigilosa, salvo quanto ao conteúdo das propostas até a respectiva abertura;
  - (E) as obras, serviços e compras da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, independem de licitação, excetuadas as hipóteses legalmente previstas.
13. Assinale a assertiva correta:
- (A) para a realização de compras pela Administração Pública é vedada a adequada caracterização de seu objeto;
  - (B) é indispensável a licitação nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem;
  - (C) é indispensável a licitação para contratação de impressão de edições técnicas oficiais quando esta atividade for realizada por órgão ou entidade que integre a Administração Pública criado para esse fim específico;
  - (D) o julgamento das propostas apresentadas pelos licitantes será objetivo e respeitará os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório;
  - (E) o administrador público pode estabelecer e adotar outros tipos de licitação além daqueles previstos na Lei federal n.º 8.666/93, desde que justificadamente demonstrada a pertinência e a adequação à realidade local.
14. Considerando as disposições constantes no regime jurídico dos servidores públicos civis da União e de suas autarquias e fundações, instituído pela Lei federal n.º 8.112/90, é correto afirmar:
- (A) o servidor perceberá a remuneração do dia em que faltar ao serviço sem motivo justificado;
  - (B) a existência de concurso anterior cujo prazo de validade não expirou não impede a abertura de novo concurso público;
  - (C) a posse em cargo público independe de prévia inspeção médica oficial;
  - (D) o ocupante de cargo em comissão ou função de confiança submete-se ao regime de parcial dedicação ao serviço, não podendo ser convocado sempre que houver interesse da Administração;
  - (E) cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor.
15. Considerando as disposições constantes no regime jurídico dos servidores públicos civis da União e de suas autarquias e fundações, instituído pela Lei federal n.º 8.112/90, é correto afirmar:
- (A) além do vencimento, nada mais poderá ser pago ao servidor;
  - (B) não será computado para efeito de aposentadoria o tempo de serviço prestado às Forças Armadas;
  - (C) poderá ser concedida ao servidor licença por motivo de doença em pessoa da família;
  - (D) a acumulação de quaisquer cargos públicos é constitucionalmente permitida;
  - (E) o servidor é inimputável civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.
16. De acordo com o regime jurídico dos servidores públicos civis da União e de suas autarquias e fundações, instituído pela Lei federal n.º 8.112/90, no ato da posse:
- (A) o servidor comprovará a exoneração de seu antecessor;
  - (B) dar-se-á a vacância do cargo;
  - (C) encerrar-se-á a validade do concurso público;
  - (D) prorrogar-se-á, automaticamente, a validade do concurso público;
  - (E) o servidor apresentará declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.
17. Dentre as assertivas abaixo apenas uma é falsa. Identifique-a:
- (A) o Código de Conduta da Alta Administração Federal estabelece hipóteses e critérios objetivos de ressarcimento ao Erário por danos causados por ato ou omissão de agente público;
  - (B) o Código de Conduta da Alta Administração Federal aplica-se aos Ministros e Secretários de Estado, aos presidentes e diretores de autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista;
  - (C) as alterações relevantes no patrimônio da autoridade pública deverão ser imediatamente comunicadas à Comissão de Ética Pública;
  - (D) o Código de Conduta da Alta Administração Federal tem por finalidade tornar claras as regras éticas de conduta das autoridades da Alta Administração Pública Federal, para que a sociedade possa aferir a integridade e a lisura do processo decisório governamental;
  - (E) as autoridades públicas que violarem normas do Código de Conduta da Alta Administração Federal poderão sofrer advertência ou censura ética, sanções estas aplicáveis pela Comissão de Ética Pública.

18. Com relação à Reforma da Administração Pública proposta em 1995, é correto afirmar que:

- I. teve como antecedentes a grande crise dos anos 80 e a globalização da economia;
- II. teve como objetivos facilitar o ajuste fiscal e tornar mais eficiente e moderna a Administração Pública, voltando-a para o atendimento ao cidadão;
- III. buscava implementar o que ficou conhecido como administração pública gerencial, que vinha suceder a denominada administração pública burocrática;
- IV. identificava três formas de propriedade: a pública estatal, a pública não estatal e a privada;
- V. o núcleo estratégico é o setor do Estado onde são definidas as leis e as políticas públicas.

Assinale:

- (A) apenas I, III e V são corretas;
- (B) todas são corretas;
- (C) apenas III e IV são corretas;
- (D) apenas I, II e III são corretas;
- (E) apenas as assertivas II, III e V são corretas.

19. Sobre a Reforma da Administração Pública, proposta em 1995 NÃO é correto afirmar que:

- (A) a crise que se desencadeou em 1979, com o segundo choque do petróleo, pode ser vista sob vários ângulos: a perda de capacidade do Estado de coordenar o sistema econômico, a crise no modo de intervenção do Estado, uma crise da forma burocrática pela qual o Estado era administrado;
- (B) a reforma da Administração Pública viabilizaria o ajuste fiscal por meio da exoneração de funcionários por excesso de quadros, da definição clara do teto remuneratório dos servidores e da modificação do sistema de aposentadorias;
- (C) o objetivo da reforma era construir um Estado onde só seriam necessários quatro Ministérios: o da Justiça, o da Defesa, o da Fazenda e o das Relações Exteriores;
- (D) a regulação e a intervenção do Estado continuam necessárias na educação, na saúde, na cultura, no desenvolvimento tecnológico, nos investimentos em infraestrutura, entretanto, com o objetivo precípuo de induzir a economia nacional a tornar-se internacionalmente competitiva;
- (E) a proposta de reforma partia da existência de quatro setores dentro do Estado: o núcleo estratégico do Estado, as atividades exclusivas de Estado, os serviços não exclusivos ou competitivos, a produção de bens e serviços para o mercado.

20. Assinale a alternativa correta:

- (A) pregão não é uma modalidade de licitação;
- (B) o pregão destina-se à aquisição de bens onde a subjetividade seja o critério preponderante em sua escolha e definição;
- (C) a função de pregoeiro jamais poderá ser exercida por militar;

- (D) caberá ao pregoeiro coordenar o processo licitatório e dirigir a etapa de lances;
- (E) no pregão inexistente a verificação de habilitação dos licitantes.

21. Um governo incorre em *déficit* nominal quando:

- (A) gastos totais são maiores do que receitas totais;
- (B) gastos totais são menores do que receitas totais;
- (C) gastos não financeiros superam as receitas não financeiras;
- (D) receitas não financeiras superam os gastos não financeiros;
- (E) o serviço da dívida supera o valor total dos investimentos.

22. O orçamento é um instrumento:

- I. de planejamento das ações governamentais;
- II. de controle das despesas e receitas governamentais;
- III. criado com o movimento da Nova Administração Pública.

Assinale:

- (A) apenas I e III estão corretas;
- (B) apenas I e II estão corretas;
- (C) apenas II e III estão corretas;
- (D) apenas I está correta;
- (E) apenas II está correta;

23. É uma característica da administração pública gerencial:

- (A) ser auto-referente;
- (B) exteriorizar o poder do Estado sobre os cidadãos;
- (C) ser orientada para o cidadão e para a obtenção de resultados;
- (D) manter clara e rígida definição de funções, atribuições e linhas hierárquicas;
- (E) ser concentrada nos processos internos.

24. O principal objetivo do gerencialismo puro é a:

- (A) retomada dos valores da escola das relações humanas;
- (B) centralização;
- (C) valorização do modelo burocrático weberiano;
- (D) busca da eficiência;
- (E) estrita observância das normas e procedimentos.

25. São características do modelo burocrático weberiano:

- (A) hierarquia e descrição clara de processos, cargos e atribuições;
- (B) o estudo de tempos e movimentos e a busca de "one best way";
- (C) a sociometria e a motivação;
- (D) descrição do processo de tomada de decisão, sua dinâmica e variáveis que o influenciam;
- (E) classificar as organizações e sua interação com o ambiente.

26. Considerando o Programa de Qualidade no Serviço Público, em vigor no âmbito do governo federal, assinale a única assertiva que NÃO corresponde a um fundamento de um modelo de excelência em gestão pública:

- (A) legalidade;
- (B) gestão participativa;
- (C) valorização das pessoas;
- (D) inovação;
- (E) redução de custos.

27. O Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, em vigor no âmbito do governo federal, deve formular e implementar medidas que objetivem:

- (A) eliminar o *déficit* primário;
- (B) promover o governo;
- (C) assegurar a eficácia e efetividade da ação governamental;
- (D) a moralização da Administração Pública;
- (E) a redução do tamanho do Estado.

28. Assinale a alternativa correta:

- (A) em um pregão, um licitante poderá oferecer lance superior a outro por ele ofertado anteriormente e já registrado pelo sistema;
- (B) o pregão, na forma eletrônica, é modalidade de licitação do tipo melhor técnica;
- (C) não será permitida a participação de consórcios em pregão;
- (D) no pregão não será exigida documentação relativa à qualificação técnica dos licitantes;
- (E) o pregão, na forma eletrônica, destina-se à aquisição de bens e serviços comuns.

29. Considerando as disposições da Lei federal n.º 8.666/93 – Lei das Licitações e Contratos Administrativos, assinale a alternativa correta:

- (A) não cabe recurso da aplicação, pela Administração Pública, da pena de advertência;
- (B) a recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, sujeita-o a penalidades;
- (C) a Administração Pública não pode rescindir um contrato unilateralmente;
- (D) pela inexecução total ou parcial de um contrato, a Administração Pública somente poderá aplicar penas de multa ou advertência;
- (E) não há qualquer infração às disposições da Lei federal n.º 8.666/93 que possa tipificar crime.

30. Considerando o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, analise as afirmativas a seguir:

- I. A moralidade da Administração Pública não se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da idéia de que o fim é sempre público;
- II. É dever fundamental do servidor público ser probo, leal e justo;
- III. É vedado ao servidor público o uso do cargo ou função para obter qualquer favorecimento para si ou para outrem.

Assinale:

- (A) apenas I está correta;
- (B) apenas II está correta;
- (C) apenas III está correta;
- (D) todas estão corretas;
- (E) apenas II e III estão corretas.

## PROPRIEDADE INTELECTUAL COM ÊNFASE EM PATENTES

31. O bioquímico José Pereira trabalha em uma empresa brasileira da área farmacêutica e, durante sua pesquisa em plantas com potencial atividade farmacológica para o tratamento de malária, descobriu, em testes *in vitro*, que o extrato da planta *Senna occidentalis* (L.) apresentou bons resultados contra o *Plasmodium falciparum*. A empresa ainda precisa realizar os testes pré-clínicos e clínicos para comprovar os bons resultados *in vitro*, mas ela deseja proteger, por patente, esse efeito promissor. Assinale a alternativa correta:

- (A) a empresa não poderá solicitar patente para o extrato da planta *Senna occidentalis* (L.) porque o INPI recusará aceitar, no ato do depósito, a documentação tendo em vista que não se considera invenção nem modelo de utilidade "o todo ou parte de seres vivos naturais e materiais biológicos encontrados na natureza, ou ainda que dela isolados, inclusive o genoma ou germoplasma de qualquer ser vivo natural e os processos biológicos naturais";
- (B) a empresa poderá solicitar patente para o extrato da planta *Senna occidentalis* (L.) porque o Acordo Internacional sobre Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS) obriga os países membros a conceder proteção por patente para qualquer invenção ou descoberta, de produto ou processo, em todos os setores tecnológicos;
- (C) a empresa só poderá solicitar patente para o extrato da planta *Senna occidentalis* (L.), a composição contendo o extrato e o processo de obtenção da composição em outros países, já que no Brasil não são patenteáveis essas invenções;
- (D) a empresa poderá solicitar patente no Brasil para a composição contendo o extrato da planta *Senna occidentalis* (L.) e o processo de obtenção da composição, podendo solicitar patente no exterior, inclusive para o extrato da planta *Senna occidentalis* (L.);
- (E) a empresa só poderá solicitar patente para o extrato da planta *Senna occidentalis* (L.), a composição contendo o extrato e o processo de obtenção da composição após a realização dos testes pré-clínicos e clínicos.

32. O Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes - PCT foi firmado em 19 de junho de 1970, em Washington, com a finalidade de desenvolver o sistema de patentes e de transferência de tecnologia. Em relação ao sistema de patentes, o Tratado possibilita o depósito de pedido internacional. O PCT tem, como objetivo principal, a simplificação do depósito de pedido de patente em vários países. Para tanto, o PCT estabelece que:

- (A) o prazo para depósito do pedido de patente internacional é de 14 meses, o que é vantajoso em relação ao depósito feito através da Convenção da União de Paris - CUP;
- (B) o pedido de patente poderá, por opção do depositante, ser submetido a uma busca internacional paga, mas que tem por finalidade ajudar o depositante a decidir sobre o prosseguimento do pedido nos países designados visando à obtenção da patente;

- (C) o depósito do pedido internacional é simultâneo em todos os países escolhidos pelo depositante, podendo se estender a todos os países membros da Convenção da União de Paris sem que isso implique em custos adicionais a partir do oitavo país designado;
- (D) o depositante só pode designar os países onde deseja obter patente, porque não é possível obter patente regional, como, por exemplo, junto à Organização Africana de Propriedade Intelectual (OAPI) através do PCT;
- (E) o depositante deve indicar a autoridade em busca internacional no ato do depósito do pedido de patente internacional.

33. Passados alguns anos da entrada em vigor do Acordo Internacional sobre Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS), ficaram evidentes distorções resultantes do tratamento igual para desiguais, ou seja, países em desenvolvimento e países de menor desenvolvimento relativo foram obrigados a se submeter às mesmas regras aplicadas aos países desenvolvidos. O maior impacto desse tratamento impróprio se deu no campo da saúde, em consequência das patentes das áreas farmacêutica e biotecnológica. Após grande luta da Sociedade organizada e de países em desvantagem com as regras rígidas do TRIPS, foi aprovada, em 14 de novembro de 2001, a "Declaração sobre o Acordo TRIPS e Saúde Pública", ou simplesmente "Declaração de Doha". Em relação a esse importante passo para a preservação dos princípios do TRIPS, pode-se afirmar que:

- (A) a grande importância da "Declaração de Doha" é a sua auto-implementação;
- (B) apesar das sucessivas tentativas de resolução da controvérsia gerada pelo parágrafo 6 da "Declaração de Doha", que trata da viabilização de licença compulsória para a produção de medicamentos em países que não tiverem capacitação tecnológica para tal, a implementação do referido parágrafo ainda permanece indisponível nesses países;
- (C) alguns países-membros do TRIPS consideram este Acordo suficiente para a adoção de medidas necessárias para proteger a saúde e por esta razão não assinaram a Declaração de Doha;
- (D) a "Decisão de 30 de Agosto de 2003 para a Implementação do Parágrafo 6 da Declaração de Doha sobre TRIPS e Saúde Pública" finalmente resolveu a controvérsia e por isso as organizações não-governamentais (ONGs) apoiaram tal decisão na medida que ela acaba com a burocracia que era exigida pelo TRIPS em conjunto com as legislações nacionais;
- (E) a "Declaração de Doha" possibilita a suspensão dos direitos conferidos pela patente na área farmacêutica, incluindo a remuneração pelo seu uso, enquanto for necessária a produção de um medicamento no país que emitir a licença compulsória da patente.

34. A Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI) tem por missão promover o uso e proteção de trabalhos da criação humana, expandindo os limites da ciência e tecnologia e enriquecendo o mundo das artes. Com sede em Genebra, a OMPI, desde 1974, é uma das 16 agências especializadas do sistema de organizações das Nações Unidas e conta, hoje, com 183 nações como estados membros. Entre os tratados e acordos multilaterais administrados pela OMPI, estão aqueles relativos à Propriedade Industrial. Assinale a alternativa correta.

- (A) dos tratados administrados pela OMPI, o PCT é o que alcançou maior sucesso e é o mais amplamente usado porque possibilitou a consolidação e modernização dos procedimentos de patenteamento, com redução dos custos iniciais, provendo uma base sólida para os depositantes tomarem importantes decisões a respeito do prosseguimento do pedido de patente visando à obtenção de proteção;
- (B) a Convenção da União de Paris (CUP), o Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (PCT), o Tratado de Budapeste, o Tratado de Madri, o Acordo de Estrasburgo e o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS) são alguns dos mais importantes tratados e acordos administrados pela OMPI;
- (C) a OMPI realiza uma série de atividades, especialmente em países em desenvolvimento, incluindo a proposição de dispositivos, nas leis nacionais, para evitar o cumprimento das obrigações impostas pelos acordos e tratados administrados pela Organização Mundial do Comércio (OMC) os quais são contrários às disposições de seus próprios acordos e tratados;
- (D) diferentemente da OMC, a OMPI tem por missão formular tratados e acordos que tratem, de modo diferenciado, países com níveis desiguais de desenvolvimento, incluindo o não patenteamento em áreas cruciais para países em desenvolvimento ou de menor desenvolvimento relativo, tais como nas áreas de saúde e nutrição;
- (E) entre os acordos e tratados administrados diretamente pela OMPI, a Convenção Internacional para a proteção de novas variedades de plantas trata do sistema de proteção "*sui generis*" como previsto no TRIPS.

35. A matriz inglesa da firma R&D Pharmaceuticals, produtora de medicamentos da classe de antibióticos, tem uma filial no Brasil, a R&D Pharmaceuticals do Brasil, que possui um departamento de pesquisa para desenvolver formulações e adaptá-las às condições climáticas brasileiras. Carlos de Abreu é um empregado do departamento da filial que lida com as questões de propriedade industrial. Agora, a matriz deseja depositar aqui um pedido de patente sobre um novo antibiótico, cujo primeiro depósito se deu na Inglaterra em 22 de março de 2005, mas ainda não enviou o pedido depositado na Inglaterra. Assinale a alternativa correta.

- (A) o Sr. Carlos de Abreu deve informar à matriz que o pedido de patente deve ser depositado pela R&D Pharmaceuticals do Brasil porque a lei brasileira exige que quando existe filial no País só esta pode depositar pedido de patente;

- (B) o Sr. Carlos de Abreu deve depositar junto ao INPI o pedido de patente, em português, tendo como depositante a R&D Pharmaceuticals, até o próximo dia 22 de março, reivindicando a prioridade do pedido inglês e deixando para apresentar a documentação relativa à comprovação de prioridade até 180 dias do depósito do pedido no Brasil;

- (C) o Sr. Carlos de Abreu deve solicitar o envio imediato do pedido inglês e depositar aqui o pedido em inglês, até o próximo dia 22 de março, para garantir a prioridade;

- (D) o Sr. Carlos de Abreu deve informar à matriz que o pedido de patente só poderá ser depositado no Brasil sem reivindicar prioridade do pedido inglês porque não há tempo hábil de providenciar a tradução juramentada como é exigido pela lei brasileira;

- (E) o Sr. Carlos de Abreu deve informar à matriz que poderá solicitar ao INPI uma extensão de prazo para depositar o pedido de patente porque a firma R&D Pharmaceuticals mantém uma filial no País.

36. O Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio, mais conhecido como TRIPS, entrou em vigor, no Brasil, em 31 de dezembro de 1994 em vista do Decreto N. 1.355 de 30 de dezembro de 1994 que promulga a ata final que incorpora os resultados da Rodada Uruguaí de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT. Em relação a patentes, o TRIPS dispõe que "as patentes serão disponíveis e os direitos patentários serão usufruíveis sem discriminação quanto ao local da invenção, quanto a seu setor tecnológico e quanto ao fato de os bens serem importados ou produzidos localmente". Apesar desse fortalecimento dos direitos patentários, algumas flexibilidades foram previstas, as quais podem ser utilizadas pelo governo brasileiro para proteger a saúde e nutrição públicas. Assinale a alternativa correta.

- (A) a exceção Bolar, o uso experimental e a licença compulsória sem exclusividade são flexibilidades autorizadas pelo TRIPS;

- (B) somente para o campo de medicamentos e farmoquímicos, o titular de uma patente (primeira patente) será prontamente informado quando o uso da mesma for autorizado para permitir a exploração de uma patente (segunda patente) que não pode ser explorada sem violar outra patente (a primeira patente), situação conhecida como "dependência de patentes";

- (C) o Brasil e a Índia, na qualidade de países em desenvolvimento, são exemplos de países que aproveitaram a flexibilidade do chamado período de transição para adaptar as suas leis de propriedade industrial ao TRIPS, o que permitiu o não patenteamento de diversos medicamentos para o tratamento de HIV/AIDS;

- (D) o TRIPS estabeleceu um período de transição de vinte anos (até 2016) para os países de menor desenvolvimento relativo, tendo em vista suas necessidades e requisitos especiais e limitações econômicas, financeiras e administrativas;

- (E) a exaustão internacional de direitos é uma flexibilidade possibilitada pelo TRIPS e que vem tornando possível a importação paralela praticada pelo Brasil.

37. A Fundação Oswaldo Cruz é uma instituição brasileira dedicada, entre outras coisas, à pesquisa da profilaxia e terapêutica de doenças e estados infecciosos, especialmente os resultantes de doenças infecto-parasitárias, recentemente conhecidas como "doenças negligenciadas". Uma dessas doenças com incidência significativa no Brasil é a leishmaniose. Um dos pesquisadores da Instituição desenvolveu um kit e método de diagnóstico espécie-específico baseado na combinação das técnicas de Reação em Cadeia da Polimerase (PCR) e do Polimorfismo de Comprimento de Fragmento de Restrição (PRC/RFLP). A Fundação decidiu depositar pedido de patente para essa invenção no Brasil e no exterior. O pedido de patente foi depositado no Brasil em abril de 2005 e agora é necessário depositar esse pedido em outros países de acordo com o tratado internacional mais apropriado, ou seja:

- (A) a FIOCRUZ só pode depositar o pedido de patente no exterior sem reivindicar direito de prioridade porque a Convenção da União de Paris - CUP estabelece o prazo de seis meses para o direito de prioridade unionista no caso de invenções;
- (B) a FIOCRUZ pode depositar pedidos de patente no idioma inglês em cada país que desejar proteger a invenção, utilizando, para tanto, a Convenção da União de Paris - CUP;
- (C) a FIOCRUZ deve depositar um só pedido de patente, através do órgão receptor do PCT localizado no INPI, para economizar gastos iniciais e evitar a providência de documentações específicas de cada país, mesmo sabendo que, depois de um prazo estabelecido no Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes, o pedido será tratado como um pedido nacional nos países onde forem iniciadas as respectivas fases nacionais;
- (D) a FIOCRUZ pode depositar um só pedido de patente - o pedido PCT - e, quando for concedida a patente, obterá proteção em todos os países membros do Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes com um só depósito;
- (E) a FIOCRUZ pode depositar o pedido de patente no exterior utilizando o Tratado de Budapeste sobre o Reconhecimento do Depósito de Microrganismo para Propósitos de Procedimento de Patente.

38. A LPI assegura ao autor de invenção ou de modelo de utilidade o direito de obter patente que lhe garanta a propriedade e também o direito de impedir terceiro, sem o seu consentimento, de produzir, usar, colocar à venda, vender ou importar com estes propósitos, tanto o produto objeto de patente quanto o processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado. Esses direitos são exercidos, durante a vigência da patente, pelo seu titular ou por terceiro com o seu consentimento. Assinale a alternativa correta.

- (A) o titular de uma patente de invenção ou de modelo de utilidade poderá obter indenização pela exploração indevida de seu objeto pelo prazo de vigência da patente que é de 20 (vinte) anos, contados da data de depósito do pedido;

- (B) o titular da patente tem assegurado o direito de obter indenização pela exploração indevida de seu objeto, inclusive da pessoa de boa fé que, antes da data de depósito ou de prioridade de pedido de patente, explorava seu objeto no País;
- (C) os direitos conferidos pela patente abrangem invenções relacionadas com matéria viva, mesmo que sua utilização se processe sem finalidade econômica, porque terceiros não podem usar o produto patenteado como fonte inicial de variação ou propagação para obter outros produtos;
- (D) o titular da patente tem também assegurado o direito de obter indenização pelo uso de produto fabricado de acordo com a patente de processo ou de produto que tiver sido colocado no mercado interno diretamente por ele (titular) ou com seu consentimento;
- (E) o titular da patente tem assegurado ainda o direito de impedir que terceiros contribuam para que outros pratiquem os atos de produzir, usar, colocar à venda, vender ou importar com estes propósitos, tanto o produto objeto de patente quanto o processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado.

39. Além dos requisitos básicos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial, a Lei 9.279/96 - LPI estabelece que "o relatório deverá descrever clara e suficientemente o objeto, de modo a possibilitar sua realização por técnico no assunto e indicar, quando for o caso, a melhor forma de execução". No caso de material biológico, que não pode ser descrito de forma suficiente no relatório do pedido de patente, há uma exigência adicional, segundo a qual o depositante do pedido de patente deve:

- (A) efetuar o depósito do material biológico essencial à realização prática do objeto do pedido até a data de depósito deste, sendo que os dados relativos ao referido depósito deverão integrar o relatório descritivo;
- (B) depositar primeiramente o pedido de patente para assegurar a prioridade com relação a pedidos de patente idênticos ou semelhantes depositados posteriormente e depois efetuar o depósito do material biológico essencial à realização prática do objeto do pedido;
- (C) efetuar o depósito do material biológico essencial à realização prática do objeto do pedido até a data de depósito deste somente no caso do material biológico ser um microrganismo;
- (D) efetuar o depósito do material biológico essencial à realização prática do objeto do pedido no Instituto Nacional da Propriedade Industrial antes do depósito do pedido de patente;
- (E) efetuar o depósito do material biológico essencial à realização prática do objeto do pedido até a data de depósito do pedido de patente no Brasil, desde que o depósito de material biológico ocorra em instituição brasileira autorizada pelo INPI.

40. Do depósito até a concessão da patente, o pedido passa por diversas fases sendo que o acompanhamento do seu processamento é fundamental para evitar a perda prematura do privilégio. Assinale a alternativa correta.
- (A) já que o exame formal foi feito preliminarmente quando do depósito do pedido de patente, o examinador fará somente o exame substantivo, ou seja, a busca de possíveis anterioridades e a análise do atendimento às condições de patenteabilidade, podendo emitir exigências ou parecer desfavorável devendo o depositante se manifestar, em ambos os casos, no prazo de 60 (sessenta) dias;
- (B) o depositante tem um prazo de 90 (noventa) dias para apresentar manifestação em relação aos documentos apresentados, pelos interessados, a título de subsídios, no período entre a publicação do pedido de patente e até o final do exame, sob pena de arquivamento do pedido;
- (C) quando, durante o exame técnico, for emitida exigência para apresentação da tradução simples do relatório descritivo e, se for o caso, das reivindicações constantes do documento hábil do país de origem, o depositante tem o prazo de 60 (sessenta) dias para cumprir tal exigência, sob pena de arquivamento do pedido;
- (D) o pagamento da retribuição pela expedição da carta-patente e respectiva comprovação devem ser efetuados no prazo de 60 (sessenta) dias contados do deferimento, sendo admitida uma extensão de prazo de 60 (trinta), independentemente de notificação, mediante pagamento de retribuição específica, sob pena de arquivamento do pedido;
- (E) o depositante de pedido de patente ou o titular de patente têm um prazo de 60 (sessenta) dias, contados da notificação do arquivamento do pedido ou da extinção da patente por falta de pagamento da retribuição anual (anuidade), para requerer, mediante pagamento de retribuição específica, a restauração do pedido ou da patente.
41. Um pesquisador da FIOCRUZ desenvolveu uma vacina contra dengue baseada em um vírus vacinal quimérico. A Fundação, reconhecendo a importância da invenção, depositou, prioritariamente no Brasil, pedido de patente reivindicando: (i) a vacina; (ii) o vírus vacinal; (iii) o constructo de DNA e (iv) o processo para obter o vírus vacinal. O depósito prioritário ocorreu em 6 de maio de 1998 e a publicação do pedido se deu em 14 de novembro de 1999. Com base nesse pedido, a FIOCRUZ também requereu patente nos Estados Unidos da América, no Japão, junto ao Escritório Europeu de Patentes e na Índia, reivindicando a prioridade brasileira. A respectiva patente já foi concedida em alguns países, incluindo o Brasil (em 23 de janeiro de 2005), Estados Unidos (em 2 de junho de 2004) e Índia (em 10 de janeiro de 2006). A empresa indiana Biotech-Vac passou a produzir, a partir de 10 de março de 2004, a mesma vacina na China e a exportar, a partir de 15 de junho de 2004, para vários países, incluindo Brasil e Estados Unidos. Neste caso, a FIOCRUZ pode acusar a empresa Biotech-Vac de violação de sua patente e tem o direito de obter indenização pela exploração indevida dessa patente:
- (A) na China, desde o primeiro dia de produção da vacina tendo em vista que foi requerida patente na Índia e a empresa infratora é indiana;
- (B) no Brasil, desde a data de depósito do pedido de patente prioritário porque a empresa Biotech-Vac copiou integralmente a invenção a partir do pedido de patente;
- (C) nos Estados Unidos, somente a partir de 23 de janeiro de 2005 quando foi concedida a patente brasileira;
- (D) em todos os países para onde a empresa indiana Biotech-Vac exportar, desde a data da concessão da patente indiana (10 de janeiro de 2006);
- (E) no Brasil, desde 15 de junho de 2004 porque a exploração indevida teve seu início no período entre a publicação do pedido brasileiro e a concessão da respectiva patente.
42. A Classificação Internacional de Patentes (Int CI) foi instituída em 1971 pelo "Acordo de Estrasburgo relativo à Classificação Internacional de Patentes" ou, simplesmente, Acordo de Estrasburgo. A Int CI, que entrou em vigor em 1975, é uma classificação especial utilizada internacionalmente para indexação de documentos de patentes de invenção e de modelo de utilidade, ou seja, para o arquivamento da informação contida em documentos de patente. Ela é uma ferramenta de grande utilidade para a recuperação de informação técnica tendo em vista que a maior parte da tecnologia embutida nos produtos comercializados faz parte do acervo patentário. Assinale a alternativa correta.
- (A) o símbolo completo da classificação para uma técnica específica é constituído por símbolos representando Seção, Classe (número composto por dois algarismos), Subclasse (letra minúscula), grupo e subgrupo, por exemplo, C12n 15/00;
- (B) os compostos químicos são somente classificados na seção C independente de sua aplicação e das concretizações da invenção;
- (C) a Int CI é constituída de 7 (sete) volumes referentes a: Necessidades Humanas (Vol. 1); Operações de Processamento, Transporte (Vol. 2); Química e Metalurgia (Vol. 3); Têxteis e Papel (Vol. 4); Construções Fixas, Engenharia Mecânica, Iluminação, Aquecimento (Vol. 5); Física (Vol. 6) e Eletricidade (Vol. 7);
- (D) as invenções ou modelos de utilidade referentes à natureza intrínseca, independente do campo particular de uso, são classificados nos locais orientados para a função, enquanto que as invenções ou modelos de utilidade relacionados com um campo particular de uso são classificados nos locais orientados para a aplicação, no entanto, são comuns os casos em que é necessário utilizar as duas categorias para guardar a informação representada por todas as concretizações da invenção ou modelo de utilidade;
- (E) quando a invenção se referir a processos multi-etapas ou aparelhos ou instalações industriais, a classificação é feita nos locais previstos para os detalhes construtivos ou funcionais, independente do fato das características essenciais da invenção se basearem na combinação de etapas de processo ou partes componentes dos aparelhos ou instalações industriais.

43. A Lei de Propriedade Industrial (LPI) estabelece que é patenteável a invenção que atenda aos requisitos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial. A LPI considera como nova a invenção não compreendida pelo estado da técnica, sendo este definido como tudo aquilo que não tenha sido tornado acessível ao público antes da data de depósito do pedido de patente, por descrição escrita ou oral, por uso ou qualquer outro meio, no Brasil ou no exterior. Um pesquisador da Escola de Química da UFRJ desenvolveu um novo processo para concentrar suco de laranja com um aumento de rendimento de 20%. Tendo em vista que o Brasil é o maior produtor e exportador mundial de suco de laranja, o pesquisador, representando a Universidade, apresentou, em 20 de abril de 2005, essa invenção em uma exposição internacional oficial da indústria alimentícia que ocorreu em Paris. Em janeiro deste ano, a UFRJ percebeu que a negociação da tecnologia com empresas nacionais era difícil em razão de não ter sido solicitada patente e passou a buscar formas de proteger tão importante invenção, utilizando, para tanto, um consultor especialista em propriedade industrial. O consultor apresentou parecer concluindo que:

- (A) a UFRJ pode solicitar patente no Brasil e em todos os países onde desejar desde que o depósito de todos esses pedidos ocorra até 20 de abril de 2006, como exigido pela Convenção da União de Paris;
- (B) a UFRJ só pode solicitar patente no Brasil até 20 de abril de 2006 porque a lei brasileira concede um período de graça de 12 meses a partir da divulgação da invenção feita pelo inventor;
- (C) a UFRJ pode solicitar patente no Brasil, Argentina, México, Estados Unidos da América e Canadá até 20 de abril de 2006 porque a divulgação da invenção foi feita pelo inventor;
- (D) a UFRJ não tem mais como solicitar patente para essa invenção por não mais atender ao requisito de novidade, mas pode solicitar patente para eventuais aperfeiçoamentos desse processo;
- (E) a UFRJ pode depositar o pedido de patente no Brasil até 20 de abril de 2006 e depositar pedidos de patente nos países onde desejar até 12 meses após a data de depósito no Brasil, reivindicando a prioridade brasileira.

44. A LPI estabelece que é patenteável a invenção que atenda aos requisitos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial. Também é estabelecido que é patenteável como modelo de utilidade o objeto de uso prático, ou parte deste, suscetível de aplicação industrial, que apresente nova forma ou disposição, envolvendo ato inventivo, que resulte em melhoria funcional no seu uso ou em sua fabricação. A concessão de patente de invenção ou de patente de modelo de utilidade fica condicionada ao atendimento desses requisitos e demais disposições pertinentes da LPI e do Ato Normativo do INPI No. 127 de 05/03/1997 que dispõe sobre a aplicação da LPI em relação às patentes e certificados de adição de invenção. Assinale a alternativa correta.

- (A) o depositante de um pedido de patente deve estar seguro da escolha da natureza do privilégio a ser reivindicada, invenção ou modelo de utilidade, porque o não enquadramento na natureza correta é objeto de indeferimento sem direito a recurso;
- (B) durante o exame técnico, o INPI poderá emitir parecer relativo ao não enquadramento na natureza reivindicada que deve ser respondida no prazo de 90 (noventa) dias, ainda que não cumprida ou contestada sua formulação, sob pena de arquivamento definitivo do pedido;
- (C) o pedido de patente de modelo de utilidade pode ter mais de uma reivindicação independente desde que tais reivindicações sejam interligadas;
- (D) não são admitidas reivindicações dependentes no pedido de patente de modelo de utilidade porque não é mantida a unidade técnico-funcional e corporal do objeto;
- (E) por solicitação do depositante de pedido de patente, pode haver a alteração de natureza de patente de invenção para patente modelo de utilidade, mas não pode haver alteração de natureza de patente de modelo de utilidade para patente de invenção;

45. Uma empresa brasileira percebeu que podia aumentar o valor de seu patrimônio protegendo por patente as suas criações. No entanto, ela não sabe como proceder, mas tem pressa em obter a patente de um produto de grande potencial de comercialização e a informação no rótulo do produto será uma valiosa estratégia de marketing. Por isso, a empresa contratou um consultor para elaborar e orientar o seu diretor de produção a preparar a solicitação de patente e para acompanhar a tramitação do pedido de patente depositado visando sua agilização. O consultor elaborou o pedido de patente e apresentou a seguinte sistemática de procedimento correto:

- (A) o pedido de patente fica em sigilo durante 18 meses e no dia seguinte à publicação do mesmo a empresa, na qualidade de depositante, pode solicitar que o exame do pedido se inicie até trinta dias após a sua publicação, como previsto na Lei de Propriedade Industrial;
- (B) o pedido de patente fica em sigilo durante 12 meses e após a sua publicação, a empresa solicita o exame do mesmo que só pode ser iniciado após sessenta dias da publicação do pedido;
- (C) o exame do pedido de patente pode ser iniciado durante o período de sigilo, desde que a empresa apresente razões suficientes para comprovar a necessidade de comercializar o produto com a informação da concessão da patente;
- (D) a publicação do pedido pode ser antecipada por solicitação da empresa, na qualidade de depositante, que poderá requerer o exame logo em seguida, exame esse que só poderá ser iniciado sessenta dias após a publicação;
- (E) a Lei de Propriedade Industrial não permite que a publicação seja antecipada e por isso a empresa terá que aguardar a publicação após os dezoito meses de sigilo, quando poderá solicitar a agilização do exame mediante apresentação de formulário próprio para essa finalidade.

46. O pedido de patente, de acordo com a LPI e Ato Normativo do INPI No. 127 de 05/03/1997, deve conter os seguintes documentos: requerimento, feito em formulário próprio para essa finalidade; relatório descritivo; reivindicações; desenhos, se for o caso; resumo e comprovante do pagamento da retribuição relativa ao depósito, considerando-se depósito o ato pelo qual o INPI, após proceder ao exame formal preliminar, protocoliza o pedido de patente, mediante numeração própria. Assinale a alternativa correta.

- (A) o pedido de patente que não contém os documentos exigidos na LPI, mas que contiver dados relativos ao objeto, ao depositante e ao inventor, poderá ser entregue, mediante recibo datado, ao INPI, que estabelecerá as exigências a serem cumpridas, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de devolução ou arquivamento da documentação, sendo considerado o depósito como efetuado na data do recibo, se as exigências forem cumpridas;
- (B) os documentos constituintes do pedido de patente exigidos na LPI devem ser entregues na recepção do INPI, não sendo admitida apresentação posterior de qualquer um deles porque a data a ser considerada para efeito de depósito é a da entrega de todos os documentos;
- (C) o pedido de patente pode ser entregue através de envio postal, com aviso de recebimento endereçado à Diretoria de Patentes, mas, para tanto, o depositante deve apresentar um requerimento especial e pagar uma taxa adicional de seguro para garantir o sigilo;
- (D) o pedido de patente que não contém os documentos exigidos na LPI, mas que contiver dados relativos ao objeto, ao depositante e ao inventor, poderá ser entregue, mediante recibo datado, ao INPI que fará um exame preliminar substantivo, podendo emitir parecer desfavorável quanto à novidade e atividade inventiva, caso forem encontradas anterioridades na busca;
- (E) no caso de o depositante não ser domiciliado no País, além dos documentos exigidos no ato do depósito, também é obrigatória a apresentação de procuração nessa mesma ocasião.

47. Um pesquisador especialista em biologia molecular foi contratado por uma empresa brasileira de pesquisa e desenvolvimento na área de biotecnologia para elaborar pedidos de patente visando o seu depósito no Brasil e em outros países e para acompanhar a tramitação desses pedidos até a concessão das respectivas patentes. Esse pesquisador fez um curso de especialização em patentes, onde lhe ensinaram que um pedido bem elaborado tem boas chances de se transformar em patente. Partindo dessa premissa, ele elaborou o seu primeiro pedido de patente tomando todo o cuidado para proteger de modo adequado a invenção relacionada com o silenciamento de um gene importante na replicação de um vírus infeccioso. O pedido corretamente preparado seguiu o seguinte procedimento:

- (A) o relatório descritivo descreve clara e suficientemente o objeto do pedido de modo que seu teor determine a extensão da proteção da patente e os direitos do titular, quando esta for concedida; os desenhos contêm o detalhamento necessário para ajudar na compreensão da invenção; as reivindicações definem a invenção de forma mais ampla do que a sua descrição no relatório, para garantir uma maior proteção e o resumo é um sumário do que foi exposto no relatório descritivo;
- (B) o relatório descritivo descreve clara e suficientemente o objeto do pedido que se refere a dois genes que compõem dois conceitos inventivos visando ampliar a proteção; os desenhos contêm o detalhamento necessário para ajudar na compreensão dos dois conceitos inventivos; as reivindicações estão fundamentadas no relatório descritivo, caracterizam as particularidades do pedido e definem, de modo claro e preciso, os dois genes e o resumo é um sumário do que foi exposto no relatório descritivo, reivindicações e desenhos;
- (C) o relatório descritivo descreve clara e suficientemente o único conceito inventivo, ou seja, o gene responsável pelo silenciamento e o processo de sua obtenção, de modo a possibilitar sua realização por técnico no assunto e também indica a melhor forma de execução; os desenhos contêm o detalhamento necessário para ajudar na compreensão do conceito inventivo; as reivindicações estão fundamentadas no relatório descritivo, caracterizam as particularidades do pedido e definem, de modo claro e preciso, a matéria objeto da proteção, ou seja, o gene responsável pelo silenciamento e o processo de sua obtenção, e o resumo é um sumário do que foi exposto no relatório descritivo, reivindicações e desenhos;
- (D) o relatório descritivo descreve clara e suficientemente o objeto do pedido; não foram apresentados desenhos porque o INPI não aceita fotografias, sendo que esta era a única maneira possível de representar graficamente o objeto do pedido; as reivindicações estão fundamentadas no relatório descritivo, caracterizam as particularidades do pedido e definem, de modo claro e preciso, a matéria objeto da proteção e o resumo é um sumário do que foi exposto no relatório descritivo, reivindicações e desenhos;
- (E) o relatório descritivo descreve clara e suficientemente o objeto do pedido de modo a possibilitar sua realização por técnico no assunto e também indica a melhor forma de execução; os desenhos contêm o detalhamento necessário para ajudar na compreensão do conceito inventivo; as reivindicações, cujo teor determina a extensão da proteção, estão formuladas de modo mais amplo do que no relatório para obter maior proteção e o resumo é um sumário do que foi exposto no relatório descritivo, reivindicações e desenhos.

48. A obtenção de patente e a manutenção da mesma em vigor é uma política importante de proteção dos resultados bem-sucedidos das atividades de P&D de qualquer instituição, tanto do setor público quanto do setor privado. No entanto, essa prática é tanto mais onerosa quanto maior for a quantidade dos mercados que o depositante deseja alcançar. Por isso, a instituição deve tomar as precauções necessárias para aumentar as chances de obter o privilégio, fazendo, por exemplo, um levantamento do estado da técnica para saber quais as criações que se aproximam da invenção ou modelo de utilidade a ser protegido. Uma das fontes mais ricas para esse levantamento é a dos documentos de patente. Na sua opinião, o procedimento para realizar tal levantamento deve:

- (A) ser feito pela comparação da invenção ou modelo de utilidade que se deseja proteger com as patentes internacionais ou os pedidos de patente internacionais porque isso garante uma maior abrangência da busca e, portanto, maior possibilidade de se englobar o campo de busca pertinente àquela criação técnica;
- (B) ser realizado somente em documentos de patente porque só as criações técnicas objeto de patente, são consideradas pelo examinador para efeito de averiguação de anterioridade;
- (C) ser precedido de uma esquematização criteriosa do problema a ser resolvido, da solução proposta pela invenção e do resultado obtido através da mesma, para delimitar o campo de busca apropriado para detectar semelhanças das técnicas conhecidas com a técnica a ser protegida e recolher, previamente, argumentos a serem usados na comprovação da novidade e atividade inventiva;
- (D) ser feito de acordo com a Classificação Internacional de Patentes somente nos locais apropriados para a aplicação porque somente os documentos referentes a invenções e modelos de utilidade que encontram aplicação industrial são levados em consideração durante o exame técnico;
- (E) ser realizado de forma ampla para encontrar os documentos mais próximos da invenção ou modelo de utilidade que se quer proteger, mas tais documentos não devem ser mencionados no relatório descritivo para evitar a emissão de parecer desfavorável durante o exame técnico.

49. O exame técnico a que foi submetido um pedido de patente de invenção, a qual é relativa a um processo para produzir um porta-mouse, apontou uma série de falhas no relatório descritivo e a necessidade de restrição da matéria reivindicada, tendo o examinador formulado exigências para corrigir tais defeitos. No entanto, o inventor que havia depositado o pedido de patente no seu nome não acompanhou devidamente os prazos e agora se vê na iminência de perder a oportunidade de obter a patente porque só tem um dia para cumprir as exigências e não sabe como fazê-lo a contento. Para evitar essa perda, o inventor-depositante deve:

- (A) depositar um certificado de adição de invenção, com o mesmo teor do pedido que está em exame, para manter a chance de conseguir patente, mesmo que o primeiro pedido seja definitivamente arquivado;
  - (B) depositar um pedido de patente de modelo de utilidade, modificando a reivindicação de processo para produzir um porta-mouse para reivindicação de porta-mouse, tendo em vista que o requisito de novidade não será afetado por tratar-se do mesmo depositante;
  - (C) apresentar, em formulário próprio, solicitação de extensão de prazo para cumprir a exigência, solicitação essa a ser feita até o dia seguinte, pagando para tanto a taxa adicional de extensão de prazo;
  - (D) procurar o examinador e expor a sua dificuldade em cumprir a exigência até o dia seguinte e solicitar que ele formule um segundo parecer com as mesmas exigências como estabelecido na Lei de Propriedade Industrial;
  - (E) apresentar o cumprimento, mesmo que parcial das exigências menos complicadas e uma contestação, evitando, com isso, o arquivamento definitivo do pedido.
50. Entre os documentos constituintes do pedido de patente, as reivindicações têm um papel de destaque e sua elaboração requer perícia e experiência. O Ato Normativo do INPI No. 129 de 05/03/97, que dispõe sobre a aplicação da LPI em relação às patentes e certificados de adição de invenção, especifica a quantidade e formulação das reivindicações para a natureza patente de invenção e para a natureza patente de modelo de utilidade. Assinale a alternativa correta.
- (A) a quantidade de reivindicações independentes e dependentes deve ser suficiente para definir corretamente o objeto do pedido, tanto para patente de invenção quanto para patente de modelo de utilidade;
  - (B) no caso de patente de invenção, cada reivindicação independente deve definir um conjunto de características essenciais da invenção, sendo admitida mais de uma reivindicação independente da mesma categoria, por exemplo, de processo, se tais reivindicações definirem diferentes conjuntos de características alternativas e essenciais da invenção;
  - (C) no caso de patente de modelo de utilidade, só serão aceitas reivindicações de utilização e trechos explicativos com relação ao funcionamento, vantagens, e uso do objeto se tais tipos de definição forem essenciais à realização do modelo de utilidade;
  - (D) no caso de patente de invenção, as reivindicações podem ser de várias categorias somente quando se referirem a conceitos inventivos diferentes;
  - (E) no caso de patente de modelo de utilidade, as reivindicações dependentes só podem exceder as limitações das características compreendidas nas reivindicações a que se referem se definirem alternativas diferentes do mesmo modelo de utilidade.